



MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA

PARECER JURÍDICO

Assunto: Análise do pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026/SRP - Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Modernização da Rede Municipal de Iluminação Pública.

Impugnante: D.M.P. Equipamentos Ltda. (CNPJ 38.874.848/0001-12).

Data do Pedido: 20 de março de 2026.

1. Dos Fatos

O Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026/SRP, devidamente publicado pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes, tem como objetivo principal o registro de preços para a aquisição futura e eventual de materiais elétricos essenciais à manutenção e modernização da rede municipal de iluminação pública

A impugnação apresentada pela empresa D.M.P. Equipamentos Ltda. restringe-se aos itens 22/23, 24/25, 26/27 e 28/29, todos referentes às luminárias públicas de LED.

2. Análise Jurídica Detalhada

2.1. Tempestividade e Legitimidade Ativa

Reconhecem-se tanto a tempestividade quanto a legitimidade ativa da impugnação, uma vez que o pedido foi apresentado dentro do prazo editalício e em conformidade com o artigo 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Da exigência de lentes/refrator em vidro temperado

As alegações apresentadas são procedentes. Verifica-se que a exigência de elemento óptico confeccionado exclusivamente em vidro temperado pode restringir indevidamente a competitividade do certame, ao afastar outras soluções tecnicamente aptas e disponíveis no mercado.

Entretanto, não se mostra adequado o acolhimento integral da sugestão de redação apresentada pela impugnante, devendo a Administração, por cautela, realizar consulta de mercado para identificação das demais alternativas existentes, promovendo a adequação da especificação técnica de forma a contemplar todas as opções que atendam satisfatoriamente à demanda municipal, sem comprometimento da qualidade, durabilidade e desempenho do objeto.

Dessa forma, opina-se pelo acolhimento da impugnação neste ponto, com a consequente revisão da especificação.



2.3. Do preço de referência supostamente inexequível

Quanto às alegações de irregularidades na formação dos preços médios de referência, verifica-se que eventual necessidade de revisão da estimativa decorre, precipuamente, das alterações a serem promovidas nas especificações dos produtos, e não da premissa sustentada pela impugnante de que as cotações devam ser realizadas exclusivamente com empresas fornecedoras de luminárias de fabricação nacional.

Tal argumento não merece acolhimento, uma vez que a certificação PROCEL não se restringe a produtos nacionais, abrangendo todos aqueles que atendam aos critérios de eficiência energética estabelecidos pelo programa.

Não obstante, uma vez promovidas as adequações nas especificações dos itens, faz-se necessária a realização de nova pesquisa de preços, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, a fim de que o valor estimado da contratação reflita adequadamente as condições atualizadas do objeto.

Dessa forma, opina-se pelo acolhimento parcial da impugnação neste ponto, apenas no que se refere à necessidade de refazimento da pesquisa de preços após a revisão das especificações técnicas.

3º - Conclusão

Ante o exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, este parecer opina pelo CONHECIMENTO da impugnação, por tempestiva e legítima, e, no mérito, pelo ACOLHIMENTO PARCIAL, nos seguintes termos:

3.1. Argumentos acolhidos:

a) Especificações técnicas potencialmente restritivas quanto à exigência de lentes/refrator em vidro temperado nos itens 22/23, 24/25, 26/27 e 28/29 do Anexo I (luminárias públicas de LED), por ausência de justificativa técnica suficiente que demonstre a inexistência de soluções equivalentes no mercado, em observância ao art. 41, inciso 1º, da Lei nº 14.133/2021.

b) Preço de referência – acolhido parcialmente para determinar a realização de nova pesquisa de preços após a revisão das especificações técnicas, conforme fundamentação do item 2.3.

3.2. Providências cabíveis:

A Comissão Permanente de Licitação deverá revisar o Anexo I (especificações técnicas) no tocante aos itens 22/23, 24/25, 26/27 e 28/29, promovendo a adequação dos parâmetros para garantir a competitividade sem prejuízo da qualidade exigida;

Promovidas as adequações nas especificações, faz-se necessária a realização de nova pesquisa de preços e a republicação do instrumento convocatório com reabertura do prazo inicial, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021;



MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA

3.3. Demais alegações

Mantém-se inalterado o argumento da impugnante de que as cotações deveriam restringir-se a fabricantes nacionais, por inexistir fundamento legal que ampare tal restrição, tendo em vista que a certificação PROCEL abrange produtos de qualquer origem que atendam aos critérios de eficiência energética. Os demais pontos do edital não impugnados permanecem hígidos, por inexistir vício de legalidade.

Nestes termos,

Opina-se pelo acolhimento parcial da impugnação.

Floresta do Araguaia/PA, aos 13 dias do mês de abril de 2026.

CHEUMO EUGÊNIO MENDES
OAB/PA 26.172-A